

## Mal-estar na contemporaneidade e patologias decorrentes<sup>1</sup>

por Mario Pablo Fuks<sup>2</sup>

Há bastante consenso em situar a crise econômica dos anos de 1970, seguida pelo desmoronamento dos regimes socialistas nos anos de 1980, como uma espécie de divisor de águas a partir do qual nada será como antes e o que vem é incerto, e que tende, em consequência, a ser caracterizado como “era pós-...”: pós-fordismo, pós-industrial, pós-moderna, etc.

A abrangência mundial da crise vai dar lugar, como resposta do capitalismo, às políticas neoliberais globalizantes baseadas na abertura e expansão dos mercados, à desestatização, à privatização da economia e à flexibilização das leis trabalhistas. Na América Latina, os processos de ajuste implicaram a combinação do terror econômico, isto é, os surtos hiperinflacionários, com o terror repressivo, aplicados pelas ditaduras militares da época, configurando, assim, um quadro de penúria social de alto impacto subjetivo (Stolkiner, 1994).

Em trabalhos anteriores fiz referência a situações traumáticas coletivas nas quais chega a delinear-se um estado-limite em que o ego se encontra numa situação de paralisia e inermidade, submetido à compulsão de repetição e a uma tendência ao desligamento das representações psíquicas e ao esvaziamento de todo sentido. Contudo, a combinação superego/ideal do ego possibilita, por um lado “consolar o ego e pô-lo a salvo do sofrimento” (Freud, 1927b, p. 139) e, por outro, abrir uma dimensão temporal em que a satisfação narcísica atualmente frustrada se visualize como realizável no futuro.

Assim, o retorno à vida política e à ação coletiva nos movimentos de redemocratização implica a recriação de uma vida psíquica, de uma temporalidade e de um sentido em vastas áreas do acontecer social, institucional e individual, na medida em que o futuro se nos mostra capaz de reparar as injustiças do presente. Será a atividade do *ideal do ego* que possibilitará a ativação dos sistemas de fantasmática e simbolização, os quais permitirão a elaboração psíquica, reinstalando-se, assim, o processo de subjetivação (Fuks, 1997b).

Chamei a atenção, em ditos trabalhos, para a importância das contribuições de psicanalistas brasileiros, uruguaios e argentinos, a partir de 1980, referidas ao impacto da violência sociopolítica sobre a subjetividade.

Interessa-me considerar, aqui, os efeitos dos processos sócio-históricos acima indicados, em relação à configuração de ideais associados aos modos hegemônicos de produção de subjetividade e aos tipos de sofrimento psíquico predominantes.

São conhecidos os processos de gradual e progressiva desagregação do tecido social que acompanham as políticas econômicas anteriormente mencionadas, acrescidas das turbulências geradas pelas sucessivas crises financeiras. Os contrastes sociais em todos os planos continuam a ser uma marca nacional brasileira, não alheia à manutenção e ao crescimento dos índices de violência.

No campo do trabalho, a precarização do emprego, a reengenharia industrial, os trabalhos marginais, os remanejamentos industriais regionais, a divisão entre “estáveis” e “temporários” etc. têm produzido fragmentações nas organizações sindicais e enfraquecimento da solidariedade. A reestruturação industrial produz, frequentemente, um aumento na exigência de rendimento do trabalho e qualificação para as tarefas, uma rarefação das relações de trabalho e acirramento da competição, menor participação nas decisões, que são, então, tomadas em âmbitos distantes e impessoais, muitas vezes desarticulando as relações comunitárias de amizade e vizinhança. Os espaços de sociabilidade comunitária, desinvestidos, fecham-se.

Completando esse quadro, a deserção do Estado, no que se refere a necessidades que somente o mesmo poderia suprir, aumenta as vivências de desvalimento e desamparo.

Um sistema de ideais construído tendo como base valores tais como progresso pelo esforço, futuro melhor para os filhos, projetos individuais e coletivos interligados, expectativas e projetos de transformação social, parece desmoronar-se. Assim, é frequente que a limitação dessa rede simbólica intra e intersubjetiva requerida para a elaboração das vivências em questão culmine em um desfecho medicalizante através de diagnósticos psicopatológicos de depressão, síndromes neurovegetativas etc., sem que o trabalho de luto em curso ou bloqueado possa ser reconhecido (Santa Cruz, 1997). Da mesma forma, cuidadosos estudos demonstram a emergência de quadros orgânicos associados a estresse crônico em situações de sobre-exigência e ameaça de desemprego, assim como a manifestação de quadros psiquiátricos afetando principalmente os chefes de família já desempregados.

A diferenciação crescente da população quanto aos níveis de consumo, que se estende entre limites extremos – da impossibilidade de sobrevivência ao consumismo de uma elite com padrões internacionais –, com uma importante faixa intermediária submetida à instabilidade conjuntural e incerteza quanto ao futuro, impõe uma grande fragilização dos vínculos internos às classes e grupos sociais. O consumo será, entretanto, uma das engrenagens privilegiadas pela lógica das políticas de mercado para conseguir, por meio da massificação, uma homogeneização e controle da conflitiva social.

Tem-se afirmado, frequentemente, que o consumo merece ser considerado uma das principais “religiões leigas”, dada sua onipresença na vida cotidiana dos seres humanos e o potencial de ilusão e sentido que traz para a sua existência. Os

*shopping centers* são visualizados como verdadeiros templos contemporâneos que congregam multidões para assistir maravilhados ao milagre da multiplicação das mercadorias, esses objetos promissores de satisfação e felicidade. Não somente nas vitrines, nos *outdoors* e nas revistas, mas principalmente nas telas de televisão, sejam ricos ou pobres, esses novos fiéis da época que são os consumidores vão procurar “a incitante satisfação daqueles que, ao mesmo tempo, haverão de encarnar os modelos identificatórios vigentes, assim como os ideais sociais propostos como via de acesso à felicidade” (Rojas & Sternbach, 1994, p. 41).

O que é construído, instituído e veiculado dessa maneira são valores e significações que configuram uma determinada representação do mundo, dos “egos”, das relações entre eles, produtora nos sujeitos e para eles de uma realidade que se concebe como natural, universal e coerente, de critérios de orientação e de normas de conduta.

Trata-se, aqui, do que Freud (1921) designou como sistemas de ilusões coletivas e como *ideal do ego* da cultura, e do que Marx (1867) designou como ideologia, sendo estas categorias fundamentais para a elaboração e superação de antinomias já conhecidas do tipo indivíduo/sociedade, subjetivo/objetivo etc., e que voltam a aparecer neste campo renovado dos estudos da subjetividade. Em ambos os casos seus criadores esclareceram sua função de coesão e consolo e também as de encobrimento e perpetuação do *statu quo* e dos mal-estares inerentes.

Nesta ordem de questões, o conceito de “protótipo sadio” (Rojas & Sternbach, 1994, p. 131) corresponderá ao conjunto de traços e modos de ser que uma formação social definirá como desejáveis e em relação aos quais se podem delimitar variações a serem reconhecidas como patologias. Estas se constituem e ganham uma significação de problemas sociais próprios da época que, segundo o ponto de vista aqui sustentado, são um reflexo do “espírito” da mesma. A emergência dessas patologias pode ser compreendida em termos de fracasso na seleção, na assunção e na sustentação dos padrões promovidos e disponíveis a partir do protótipo estabelecido, mas também em termos de sobreadaptação aos valores e ideais que os determinam, motivo pelo qual as formulações descritivas e explicativas tomam frequentemente a forma de paradoxo.

Uma série de atitudes, tais como valorização do esforço, a austeridade e a transferência dos desfrutes para o futuro, que foram pilares valorativos sobre os quais se edificaram os sonhos de progresso da modernidade, delinearam os traços constitutivos de um tipo psicológico ideal que propiciou, também, o acirramento de formações sintomáticas características da neurose obsessiva. Tanto nas formas mais egossintônicas em que se apresentam como rigidez e exageração, como nas sintomáticas, estes traços aparecem como sequências psíquicas extenuantes, retentividade compulsiva, postergação da ação, etc. No entanto, e em contraste com esta configuração axiológica, o que se denomina “cultura pós-moderna” gira em torno de um neo-individualismo exacerbado e hedonista, ligado a uma

subjetividade consumista pronta para substituir a relação com pessoas pela relação com aparelhos e coisas, considerada frequentemente como narcisista.

Seguindo a sistematização proposta por Rojas & Sternbach (1994), trabalhando na perspectiva de uma leitura psicanalítica da pós-modernidade e na compreensão do que chamam de patologias de "fim de milênio", a configuração ideológica que tende a se impor pode ser sintetizada nos termos que se seguem. Nessa configuração, o consumo é considerado como "resposta social a um desejo concebido como plenamente realizável por meio da demanda satisfeita, em uma paradoxal objetualização dos sujeitos que terminam por ser consumidos por esta lógica, hoje imposta como única" (p. 59).

Entra em jogo, também, uma capacidade ontológica: *ter é ser*. Ter objetos e usufruí-los não só nos proporciona, idealmente, a satisfação buscada, como também nos situa em um ponto determinado da geografia social, conferindo-nos uma definição identitária. Articulando-se com a magia do avanço tecnológico, a posse do objeto subministra a ilusão de onipotência que aproxima o sujeito do consumo da imagem de um "Deus de prótese", desenhada por Freud em *O mal-estar na cultura*.

O ideal vigente quanto à temporalidade valoriza um presente fugaz e eterno, uma cultura de um efêmero renovável que descarta o passado e se desinteressa pelo futuro. Verifica-se, assim, na conformação das instâncias identificatórias, um predomínio das formações de ego ideal (ser já, plenamente, eu mesmo) sobre as de ideal do ego. A experiência oscila entre os limites estreitos da exaltação triunfante e o medo de qualquer falha precipitadora de um colapso narcísico. História, temporalidade e projeto, como mediação simbólica e regulação narcísica, desaparecem. As relações amorosas tendem a ser superficiais e passageiras, com pouca tendência a transformar-se em verdadeiros vínculos. Não havendo perda, mas substituição, também faltam a nostalgia e o reencontro. A memória se evapora, o luto não existe.

Promove-se, em sintonia com o que se acabou de ver, "uma leveza do ser e dos vínculos cada vez mais suportável" (Rojas & Sternbach, 1994, p. 41). A atenuação dos afetos, assim como a evitação dos enigmas e as tramas dramáticas, leva ao desenvolvimento de uma modalidade *cool* de existência, com tendência a devir superficialidade atravessada por vivências de tédio, futilidade, inexistência e vazio.

Em acréscimo cabe, aqui, um desenvolvimento mais extenso quanto aos ideais ligados ao mundo da imagem. A partir da perspectiva de uma história da subjetividade, como veremos mais adiante, a cultura da imagem é o efeito *visível* das práticas de produção da subjetividade consumidora.

As práticas cívicas de produção da subjetividade moderna produziram indivíduos dotados de uma consciência. Eram homens na medida em que estavam em plena posse das suas faculdades conscientes, reconhecendo-se por esse traço comum.

Na subjetividade hegemônica contemporânea, ser homem implica ser reconhecido como imagem por outro que também o é. Nisso, as práticas de consumo produzem, para além de objetos de promessa de satisfação, um tipo de laço social particular. O consumo requer um espectador ou testemunha. O ato funciona como signo para o reconhecimento de outro (Lewkowicz, 1998).

Na verdade, este sistema de reconhecimento não se produz para além da problemática da satisfação. A plenitude prometida da mesma só se consome no campo da ilusão e da crença. Nessa medida, a subjetividade do consumidor-espectador é fundamentalmente fetichista.

A mídia é o operador principal desse sistema. Sem esta, afirma-se, o espetáculo se esvazia. Caberia perguntar acerca do lugar ou instância do aparelho psíquico que a mesma vem a ocupar para exercer essa capacidade subjetivante, mas também essa potência de captura imaginária e massificação. É difícil não pensar no olhar da mãe, presente nessa conjuntura constitutiva ilustrada pelo fenômeno do espelho que garante, a partir de uma posição de terceiro, a relação do sujeito com sua imagem especular. Lugar que será, depois, o da autoconsciência crítica, mas também o lugar ocupado pelo olhar do hipnotizador ou do líder nas formações de massa.

Com a aparição da mídia, então, certos poderes se impõem e certas expropriações se realizam.<sup>3</sup> A personagem que encarna este terceiro na própria cena do espetáculo midiático é, frequentemente, o comunicador, tanto mais fascinante quanto mais recursos disponha para o redirecionamento do programa. A percepção da realidade é operada através da mídia, estabelecendo-se uma diferenciação frequentemente nebulosa entre realidade, representação e encenação, que está na mão da própria mídia regular.<sup>4</sup> A fabricação do acontecimento-notícia, já descrito e historicizado como recurso totalitário a partir de Goebbels, ilustra dramaticamente o esvaimento da diferença entre realidade e encenação, entre verdadeiro e fictício. Poderíamos dizer, brincando com as palavras, que toda esta construção é "*mediatizada*" pelo universo da imagem, lembrando que uma das acepções do verbo "mediatizar", segundo o *Diccionario de la lengua española* (1970), é a de "privar o governo de um Estado da autoridade suprema que passa a outro Estado, conservando, no entanto, o primeiro, a soberania nominal" (p. 860).

Podemos, finalmente, vincular ao mundo da imagem a valorização contemporânea da superfície em detrimento da interioridade. Na composição da personagem que identifica o sujeito, num cenário social concebido como espetáculo, a imagem do corpo ganha um papel de relevância. A exacerbação desta lógica de sujeitos-fachada, constituídos de imagem, sem volume nem interioridade, terá fortes efeitos patogênicos que envolvem a corporalidade, tais como anorexia-bulimia, compulsão e adicção a práticas farmacológicas, fisioterápicas, cirúrgicas ou esotéricas de emagrecimento, rejuvenescimento, etc.

Referindo-se aos ideais ligados à juventude, Rojas & Sternbach (1994) afirmam que esta é concebida como estágio ideal a ser alcançado precocemente e prolongado indefinidamente. Opera-se uma renegação do transcurso temporal, a velhice e a morte. A idealização dos adolescentes acontece paralelamente à assinalação deficitária de um lugar social ativo e participativo, nas diversas áreas da vida social.

Quanto aos ideais ligados ao pragmatismo, tais como praticidade, eficiência, eficácia e resultado imediato, postos a serviço do sucesso e do enriquecimento, estes propugnam, diferentemente do modelo esforçado e austero do capitalismo dos inícios, uma autorização imediata do prazer. O sucesso como valor soberano subordina os valores éticos, rarefazendo o sentido de responsabilidade para com os outros. Pode-se, com facilidade, deduzir disso que, neste contexto, a alteridade e a intersubjetividade tendem ao silêncio e ao esvaziamento.

No campo das funções públicas instala-se a corrupção, promovendo mediante processos de banalização sua aceitação passiva e promoção à condição de norma implícita. A corrupção implica, assim, uma modalidade transgressora perversa de alta potência bloqueadora de complexos processos de subjetivação elaborativa e simbólica que fornecem o suporte subjetivo para o desenvolvimento de um sentido de cidadania. As situações e movimentos de impugnação ético-política coletivos produzem uma inversão dessa sequência causal, possibilitando a recuperação e até a criação de novos espaços de cidadania.

Consideradas a partir das referências enunciadas, as chamadas patologias da contemporaneidade integram e expressam em sua sintomatologia os discursos sociais e a trama de significações entrelaçadas ao redor dos ideais que configuram o espírito de sua época. Tais patologias podem ser consideradas como sintomas sociais no sentido de *analísadores* dos modos de produção de subjetividade de uma determinada formação sociocultural. Mas expressam também os sofrimentos daqueles que ficam, em função de uma história singular que envolve acontecimentos, vínculos e instituições frequentemente falidas, simultaneamente capturados e discriminados ou excluídos por efeito dessas lógicas sociais alienantes que acabamos de considerar.

Analisando as relações "enigmáticas" entre as depressões, as toxicomanias e a síndrome do pânico, campo clínico preferencial da nosografia psiquiátrica da atualidade, Joel Birman (1999) afirma que não existe mais qualquer lugar para os deprimidos e panicados:

"Esses são execrados, lançados no limbo da cena social já que representam a impossibilidade de serem cidadãos da sociedade do espetáculo. Com efeito, a interiorização excessiva do deprimido, marcado pelas cavilações suspirosas, assim como o terror fóbico, que toma de corpo inteiro a individualidade panicada na cena pública, evidenciam como tais individualidades não conseguem realizar a tão esperada

exaltação de si mesmos e se dedicar à artesanaria de seus figurinos maneiros para se mostrar com brilho na cena social" (p. 47).

Da mesma forma, a problemática das adições tem sido tomada por alguns autores que trabalham seguindo a linha da "história da subjetividade" como ponto de partida para suas análises. Lewkowicz (1998) sustenta que "não estamos diante de um mero incremento quantitativo de práticas que chamamos de adictivas, mas diante da instauração qualitativa de um tipo radicalmente novo de subjetividade socialmente instituída" (p. 70). Não se trata de um cenário social que os condiciona na exterioridade, acrescentando fatores de frustração, ceticismo ou desassossego a disposições sempre latentes, em qualquer momento histórico, mesmo que tenha havido escravos dos prazeres na antiguidade e viciosos libertinos na modernidade. A figura do adicto é produto de uma rede de práticas que intervêm na constituição mesma dos tipos subjetivos reconhecíveis em uma situação cultural específica. Os elementos que a compõem são: discurso "mass-midiático" que funciona como instância de delimitação subordinando o discurso médico e *psi*, tematização generalizada, associações de ajuda, definição psicopatológica em termos de doença, derivação espontânea para esfera psicológica, remissão de causalidade às famílias de origem, intervenções específicas, etc. Esta figura oferece uma identidade capaz de suportar o enunciado de categoria ontológica – "sou um adicto". Pode-se ser adicto a tudo: álcool, drogas, sexo e também trabalho, e todos podem sê-lo.

A subjetividade adictiva é um subproduto da subjetividade do consumidor. Isso pressupõe uma mutação no *laço social*. O suporte subjetivo do Estado deixou de ser o cidadão e passou a ser o consumidor. Se, por um lado, o cidadão foi instituído pelas práticas cívicas do Estado-nação e sua família nuclear burguesa como sujeito de consciência, deixou como resíduo uma espécie de "efeito de sombra", isto é, todo o universo inconsciente descortinado e teorizado pela psicanálise. O equivalente no caso da subjetividade instituída do consumidor, produzida pelas práticas pertinentes, seu efeito de sombra específico, *não teorizado ainda*, manifesta-se nas patologias do consumo e da imagem.

Cabe aqui a consideração do que seriam as práticas específicas constitutivas do consumo, mais do que a análise do consumismo, ou seja, da "ideologia consumista". Há que se ser um sujeito que varia sistematicamente de objeto de consumo sem alterar sua posição subjetiva. A vertiginosa substituição de roupas e brinquedos o instaura numa lógica de equivalência específica: o elemento novo da série é melhor porque é novo. Como observa Lewkowicz (1998), "o anterior não cai por ter feito já a experiência subjetiva da relação com este objeto particular mas pela pressão do novo que vem desalojar o anterior" (p. 74). O objeto anterior cai sem inserir-se numa história, porque o novo, válido em si mesmo, deve ter a capacidade de satisfazer integralmente o sujeito.

Retoma-se, assim, a problemática da substituição e da perda. A "perda do objeto inserido numa história", aqui entendido como uma trama, tem na psicanálise um

papel central na constituição do sujeito a partir da constituição concomitante dos objetos materno e fálico. A trama se produz através de perdas, deslocamentos, substituições, trocas: o "jogo do carretel", como abertura a uma negatividade constitutiva do objeto e do eu pela mediação simbólica da linguagem; o processamento da diferença sexual e da significação fálica, mediante sua inscrição no sistema de equivalências simbólicas, na lógica do dom, na dimensão das trocas e suas leis, tudo isso confluindo na produção do desejo inconsciente como mola impulsora e organizadora da vida psíquica em sua totalidade. Perda e incompletude abrem, assim, o caminho para a subjetividade, a alteridade, a intersubjetividade e a temporalidade.

No entanto, esses objetos constituídos pela lógica do consumo como aqueles dos quais não se faz experiência subjetiva são denominados, adequadamente, por Galende (1997) como *objetos inertes*, conotando tanto a significação apontada, como a impregnação pela inércia das relações afetivas que com eles se estabelece, seja como parceiros do amor, do sexo, do trabalho, da amizade ou da terapia. Assim é que isto também abre interrogantes importantes quanto ao estabelecimento de transferência.

No campo "midiático" do consumo de imagens, este regime de substituição imediata acaba impondo uma espécie de fluxo contínuo hipnotizante, que no caso característico da televisão a diferencia de outro tipo de espetáculos.

"Desligar a televisão tem muito pouco a ver com o intervalo de uma peça de teatro ou de uma ópera, ou com o *grand finale* de um filme de cinema, as luzes se acendendo lentamente e a memória começando seu trabalho misterioso. De fato, se alguma distância crítica ainda é possível, ela está certamente ligada ao trabalho da memória" (Jameson, 1996, p. 94).

Nas práticas do consumo contínuo e substitutivo tudo há de se esperar do objeto, nada do sujeito, nem sequer a memória, menos ainda a crítica. Essa passividade é um elemento determinante de sua objetualização. Bloqueado o processo elaborativo, confiscado o lugar da fantasia, impedida a crítica, o espaço reduzido da experiência subjetiva desse consumidor objetualizado tende a adquirir uma conformação masoquista associada à imposição superegoica de um gozo imperioso que é o que se manifesta na figura do adicto.

Pela lógica do consumo, nem sujeito nem objeto devem ser modificados, porque o mercado requer expansão. A multiplicação dos atos de consumo pelos indivíduos compensa a sua expulsão do mercado. A promessa de satisfação não deve cumprir-se, a oferta precisa diversificar-se. Os signos de reconhecimento devem ser passíveis de desinvestimento afetivo e substituíveis. Tudo deve ser *light*, nada deve pesar nem se fixar. Deve-se evitar a captura por um objeto ou um signo. "O adicto constitui, dessa maneira e ao mesmo tempo, a realização e a conseqüente interrupção do sujeito do consumo, da promessa estruturante do mercado e suas subjetividades"

(Lewkowicz, 1998, p. 77). Nessa medida, houve completude e aprisionamento na natureza satisfatória da relação, e um outro objeto substitutivo não entra. Fez-se, dessa vez, a experiência do objeto. A instância “*mass-midiática*” o delimita, então, como aniquilado subjetivamente. O sujeito do consumo desapareceu por trás do objeto que o satisfaz, e que a partir de então o constitui. Nessa medida, uma identidade adictiva se inicia.

O interesse que apresentam estas ideias, para além da especificidade das adicções, tendo sido o que nos levou a uma extensão maior na sua consideração, reside em diversos aspectos. Em primeiro lugar, historicizam os modos de produção de subjetividade, referindo-os a uma arquitetura sociopolítica particular que articula e ordena práticas e discursos em função de um tipo de Estado e um tipo de suporte subjetivo do mesmo, podendo, assim, dialogar com os enfoques que partem da análise das políticas avançadas do capitalismo (neoliberalismo) em sua incidência e determinação na subjetividade contemporânea. Em segundo lugar, realizam uma análise precisa do lugar, da lógica e do *modus operandi* do consumo nesse processo. Também ilustram, de forma muito clara, esse paradoxo, destacado acima, que caracteriza a passagem da subjetividade instituída para as decorrências psicopatológicas, e suscitam, ainda, uma mobilização do potencial psicanalítico para a investigação e a explicação desses efeitos.

Para concluir, as enormes transformações produzidas neste século, que finda o milênio, têm causado, nas diversas áreas da vida social e através de diversos mecanismos, impactos profundos na subjetividade e nos diferentes processos que a produzem, desenvolvem, bloqueiam, destroem ou a remodelam. Formas de ser e de adoecer se sucedem e se sobrepõem, numa complexidade atravessada por diferenças, contradições e conflitos que o trabalho de análise, realizado desde diversas ópticas confluentes, deve ajudar a esclarecer, nunca a reduzir.

Não se vive nem se padece da mesma maneira nas classes submetidas e nas dominantes. Também não se produz nem se consome da mesma maneira nos países centrais e nos dependentes. Nem todas as práticas e disciplinas que têm como objeto explícito o campo da subjetividade se veem atravessadas da mesma maneira por essas problemáticas, mas não existe dúvida alguma de que todas o são. Isto nos coloca, como analistas, questões instigantes para reflexão, análise e intervenção, ajudando-nos a ir além das ilusões de extraterritorialidade que ainda possamos conservar.

## BIBLIOGRAFIA

BIRMAN, J. A psicopatologia na pós-modernidade: as alquimias do mal-estar na atualidade. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 2, nº 1, p. 35-49, 1999.

DICCIONARIO DE LA LENGUA ESPAÑOLA. Madrid: Real Academia Española, 1970.

FREUD, S. (1927b) El humor. *Obras Completas*. v. XXI Buenos Aires: Amorrortu, 1996. v. III.

\_\_\_\_\_. (1930) El malestar en la cultura. *Op. cit.*, v. XXI.

FUKS, M. P. "Subjetividade e instituição". *Subjetividades Contemporâneas* (Instituto Sedes Sapientiae), v. 1, nº 1, p. 36-42, 1997b.

GALENDE, E. *De un horizonte incierto: psicoanálisis y salud mental en la sociedad actual*. Buenos Aires: Paidós, 1997.

JAMESON, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.

LEWKOWICZ, I. Subjetividad adictiva: un tipo psico-social historicamente constituído. *Revista de la Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia de Grupo*, v. 21, nº 1, p. 69-90, 1998.

ROJAS, M. C. & STERNBACH, S. *Entre dos siglos: una lectura psicoanalítica de la posmodernidad*. Buenos Aires: Lugar, 1994.

SANTA CRUZ, M. A. A clínica e seus efeitos na subjetividade. *Subjetividades contemporâneas* (Instituto Sedes Sapientiae), v. 1, nº 1, p. 43-49, 1997.

STOLKINER, A. Tiempos posmodernos: ajuste y salud mental. In: SAIDON, O. & TROIANOVSKI, P. (Org.) *Política en salud mental*. Buenos Aires: Lugar, 1994.

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente na revista *Psicanálise e Universidade*, do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicanálise do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (nº 9-10, 1998-99, pp. 63-78).

<sup>2</sup> Psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

<sup>3</sup> Os autores da Escola de Frankfurt enfatizaram o enfraquecimento e a substituição, pelos meios de comunicação de massas, do papel do pai como transmissor dos valores culturais na família patriarcal. O impacto das mudanças históricas na estrutura e na dinâmica da instituição familiar continua sendo tema de interesse fundamental nos estudos sobre subjetividade contemporânea.

<sup>4</sup> Isto aparece bem descrito no filme *O quarto poder* (1997), de Costa-Gavras, cujo título vem a calhar, pois em última instância, é de poder que se trata.